



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

04/08/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Comissão aprova projeto que amplia seguro-desemprego para resgatados do trabalho escravo

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (2), proposta que aumenta de três para seis parcelas, no valor mensal de um salário mínimo (R\$ 1.320 hoje), o seguro-desemprego destinado a quem for resgatado, em decorrência de fiscalização, do trabalho em condição análoga à escravidão.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado Bohn Gass (PT-RS), para o Projeto de Lei 3168/21, do deputado Carlos Veras (PT-PE). “Trata-se de importante medida de apoio à pessoa resgatada, pois lhe garante uma renda mínima para o sustento próprio e de sua família”, explicou o relator.

A proposta altera a Lei do Seguro-Desemprego e prevê que o benefício ampliado será pago também ao resgatado do tráfico de pessoas. O substitutivo elimina ainda a atual vedação de recebimento do benefício por uma mesma pessoa, em circunstâncias similares, nos 12 meses seguintes à última parcela.

Em todos os casos de resgate, conforme o texto, o trabalhador deverá ser encaminhado para a qualificação profissional e para eventual recolocação no mercado de trabalho por meio do Sistema Nacional do Emprego (Sine).

Pelo substitutivo, as parcelas adicionais do seguro-desemprego serão oriundas de crédito adicional no Orçamento da União, à disposição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A União poderá ajuizar ação contra os autuados por trabalho análogo ao de escravo ou tráfico de pessoas, para ressarcimento desses gastos.

“O ideal é que ninguém seja submetido ao trabalho análogo ao de escravo ou ao tráfico de pessoas. Entretanto, na ocorrência desses crimes – o que, infelizmente, ainda é uma realidade no Brasil –, cabe-nos garantir a adequada assistência às vítimas”, afirmou Carlos Veras ao defender as mudanças na legislação.

O deputado explicou ainda que a proposta decorre de sugestão do Ministério Público do Trabalho feita em audiência pública realizada em agosto de 2021 pela então Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 04 de agosto.

Queda de 0,5% beneficia trabalhadores

Quarta, o Banco Central cortou a taxa básica de juros (Selic), de 13,75% pra 13,25% ao ano. A taxa estava em 13,75% desde agosto passado. O índice ainda permanece alto, o que gera críticas de vários setores sociais, inclusive do presidente Lula e Sindicatos.

Os cortes devem ser graduais, pelo menos até o final de 2023. “Não dá pra garantir quanto vai cair, mas a tendência é essa”, aponta Rodolfo Viana, professor e economista responsável pela Subseção do Dieese no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região.

Segundo o economista, o que teve maior peso na decisão do Bacen foi o contexto econômico, com dólar em queda, combustíveis e inflação sob controle. Rodolfo aponta que as críticas de Lula seriam efetivas ele que tivesse indicado o presidente do BC. Foi Bolsonaro.

Dinheiro – Para o trabalhador, o ganho com a queda na Selic é real. O economista exemplifica: quem tem empréstimo a pagar vai renegociar a dívida com taxa menor; e quem for emprestar encontrará taxa mais vantajosa.

Outro reflexo é quanto às empresas, que terão mais estímulo pra investir. “Com os juros tão altos, o empresário prefere colocar o dinheiro pra render, em vez de investir na produção”, diz Rodolfo Viana.

Em resumo, a queda na Selic torna mais barato o custo do dinheiro para trabalhadores e patrões, o que enseja aumento nas vendas e põe mais dinheiro em circulação.

Crédito – O corte de 0,5% já repercutiu nos bancos públicos. Ontem mesmo, dia 2, o crédito consignado ficou mais barato na Caixa, com juros de 1,7% ao mês, e no Banco do Brasil, com 1,77%. Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 04 de agosto.

Curvas de juros curtas caem após redução de 0,50 ponto na Selic

As curvas de juros futuros curtos registraram fortes quedas nesta quinta-feira (3), após o Copom (Comitê de Política Monetária) realizar um corte de 0,50 ponto percentual na Selic. A redução foi maior que as projeções do mercado, e a autoridade monetária sinalizou novas quedas da mesma magnitude em suas próximas reuniões.

Além de ter promovido uma redução maior que a esperada pelo mercado, o Copom sinalizou que deve manter o ritmo de cortes de 0,50 ponto em suas próximas reuniões.

Com isso, os contratos de juros com vencimento em janeiro de 2024 caíram de 10,64% para 10,48%, enquanto os para 2025 foram de 10,67% para 10,50%. Já a curva de 2026 saiu de 10,04% para 9,98%.

Os juros futuros representam a expectativa de como estarão as taxas de juros brasileiras nos próximos anos e servem como referência para captação de crédito em todo o país..

Na tomada de um financiamento de longo prazo, por exemplo, para ser pago em cinco anos, a taxa de juros utilizada é a da curva para daqui a cinco anos, e não o nível de juros do momento da assinatura, como explica o economista Beto Saadia, sócio da Nomos.

"A Selic é a taxa de hoje, do momento atual, mas se ela for utilizada como referência para um empréstimo a ser pago nos próximos cinco anos, estaríamos considerando que ela não vai mudar ao longo do tempo. Por isso, é utilizada a expectativa de quanto ela estará no momento da quitação do financiamento", diz Saadia.

Assim, os juros futuros funcionam como uma previsão sobre como estarão as taxas e a política monetária brasileira nos próximos anos, dando mais segurança a quem realiza esse tipo de operação.

O impacto da decisão do Copom nos juros futuros foi modulado pelo fato de que a maior parte do mercado esperava uma redução de 0,25 ponto percentual na reunião desta semana,

"Os contratos mais curtos estão reagindo à decisão, uma vez que havia uma dúvida no mercado sobre o tamanho do corte. Quando olhávamos para as opções de Copom, elas estavam mostrando 60% de chances de corte de 0,25 ponto percentual", afirmou o economista Rafael Pacheco, da Guide Investimentos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 04 de agosto.

Brasil lidera ranking de juros real, apesar de corte na Selic

O Brasil mantém a liderança no ranking mundial de juros reais, mesmo após a redução da taxa básica na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central desta quinta-feira (2).

O juro real no Brasil está em 6,68% ao ano, valor próximo ao do México (6,64%) e da Colômbia (6,15%). O quarto colocado no ranking elaborado pelo Portal MoneYou também é um país latino-americano, o Chile, com 4,6% ao ano.

Os cálculos consideram o juro real "ex-ante". Ou seja, a diferença entre a taxa de investimento no contrato DI (Depósito Interbancário) de um ano, descontada a inflação de 4,07% projetada para os 12 meses à frente —coletada na pesquisa Focus do BC, com cerca de 100 economistas.

O Copom anunciou nesta quarta o primeiro corte de juros no governo Lula, com a redução da taxa básica (Selic) em 0,5 ponto percentual —de 13,75% para 13,25% ao ano.

Em termos nominais, as maiores taxas ao ano coletadas pelo portal são as da Argentina (97%), Turquia (17,5%), Hungria (15%), Brasil e Colômbia (ambos com 13,25%), México (11,25%) e Chile (10,25%).

Entre as grandes economias, os EUA estão com juro real de 1,82% ao ano, a China com 1,67%, e o Reino Unido com 2,36%. Nos países da Zona do Euro, a taxa real está próxima de 1,5% ao ano.

Apenas cinco países do levantamento ainda possuem juro real negativo: Suécia (-0,03%), República Tcheca (-1,86%), Hungria (-1,89%), Polônia (-6,05%) e Argentina (-28,53%).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 04 de agosto.